

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.244 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 21 DE FEVEREIRO DE 2001

Martus explica hoje corte de R\$ 7,35 bi no Orçamento

O ministro do Planejamento, Martus Tavares, explica hoje, às 10h, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização o decreto do presidente da República que contingenciou R\$ 7,35 bilhões do Orçamento deste ano. O relator-geral do Orçamento, senador Amir Lando, informou que pretende questionar o ministro sobre o veto presidencial ao artigo do projeto orçamentário que trata do acordo destinado a elevar o salário mínimo para R\$ 180, em abril.

PÁGINA 2

Ex-dirigente aponta desvio de dinheiro no Vasco da Gama

Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura irregularidades no futebol brasileiro, Agathyrno da Silva Gomes, ex-presidente do Vasco da Gama, afirmou que metade da verba de R\$ 34 milhões destinada ao clube pelo Bank of America foi depositada em contas de terceiros por ordem do atual presidente, deputado federal Eurico Miranda.



Na reunião presidida por Álvaro Dias (E), Agathyrno (C) explicou que só a metade dos R\$ 34 milhões foi contabilizada pela tesouraria do Vasco

PÁGINA 5



O Plenário aprovou três projetos de decreto legislativo que autorizam a execução de serviços de rádio comunitária

Em debate, função social das rádios comunitárias

PÁGINA 3

FHC incentiva mutirão dos três Poderes contra violência

PÁGINA 2

DENÚNCIAS: JADER ACOLHE OS REQUERIMENTOS DE ACM E CALHEIROS

O presidente do Senado, Jader Barbalho, deferiu ontem em plenário os requerimentos de informação e instalação de auditoria apresentados pelos senadores Antonio Carlos Magalhães e Renan Calheiros. Os dois senadores cobraram, respectivamente, a apuração de irregularidades que teriam sido praticadas em órgãos e ministérios comandados por titulares ligados ao PMDB e ao PFL. Depois de esclarecer que, de acordo com o Regimento, os pedidos de informação deveriam ser encaminhados à Mesa para indicação do relator, Jader informou que havia deferido as solicitações *ad referendum* do colegiado.



Antonio Carlos Magalhães



Renan Calheiros

PÁGINAS 4 E 5



CPI define hoje a sua pauta de atividades

PÁGINA 7

FHC incentiva mutirão contra violência

Jader Barbalho, que esteve com o presidente da República pela manhã, informa que ficou acertada também, para depois do carnaval, uma reunião para definir a pauta de votações no Congresso

O presidente do Senado, Jader Barbalho, disse ontem à tarde que o presidente da República, com quem havia se encontrado pela manhã, incentivou a realização de um mutirão dos três Poderes para enfrentar a questão da segurança pública, paralelamente às medidas emergenciais de suporte ao governo de São Paulo.

Jader informou também que ficou acertada a realização de uma reunião dos presidentes das duas Casas do Congresso com Fernando Henrique, logo após os feriados do carnaval, para acertar a pauta de votações deste ano, que



Jader afirma que o presidente da República demonstrou otimismo com os indicadores econômicos

será precedida de encontro preparatório com os líderes partidários e o presidente da Câmara, Aécio Neves.

Segundo o senador, Fernando Henrique comentou o fato de que mesmo "assuntos corriqueiros" da administração pública não po-

dem ser tratados por meio de decretos, sendo obrigatória a edição de medidas provisórias ou a aprovação de projetos de lei. Jader mencionou também que o presidente demonstrou "muito otimismo" em relação aos indicadores econômicos, que apontam para o crescimento da economia e da geração de emprego, mas preocupação com a política:

— O presidente renovou seu empenho de que a base de sustentação seja mantida, de que possamos superar as dificuldades causadas durante o processo eleitoral das duas Casas do Congresso — disse.

Composição das comissões deve sair no início de março

Os líderes partidários realizarão reunião com a Presidência do Senado, na primeira semana de março, para definir a composição das comissões temáticas, conforme anunciou ontem o senador Jader Barbalho. Até lá, o PMDB deve escolher seu líder na Casa, que participará da reunião, junto com os senadores Hugo Napoleão (PI), Sérgio Machado (CE) e José Eduardo Dutra (PT-SE), líderes, respectivamente, do PFL, do PSDB e do Bloco Oposição. A distribuição das presidências e vice-presidências das sete comissões do Senado será feita proporcionalmente ao tamanho de cada bancada na Casa.

Hugo Napoleão disse que o PFL ainda não tem uma posição definida sobre que comissão o partido pretende presidir. "Vai depender muito do que fizer o PMDB, primeiro partido a escolher, que parece que vai ceder a presidência da Comissão de Assuntos Econômicos ao PSDB", declarou. Se essa hipótese se confirmar, informou Napoleão, a escolha do PFL deve recair sobre a Comissão de Consti-

tuição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O senador aponta, no entanto, para a possibilidade de que os líderes encontrem uma solução de consenso, como aconteceu durante a definição da composição da Mesa diretora.

— Vamos nos reunir e ver o que os partidos aspiram. Podemos chegar a uma solução mediante acordo — afirmou.

Mas o líder do Bloco Oposição, José Eduardo Dutra, adiantou que vai defender a prevalência do critério da proporcionalidade, o que permitiria aos opositoristas a quarta escolha — depois do PMDB, PFL e PSDB. Isso garantiria à oposição ocupar uma presidência e uma vice-presidência.

— A definição não pode levar em consideração as bancadas governistas e da oposição. Temos 13 senadores, um a menos que o PSDB, e vamos reivindicar espaço proporcional à bancada — disse.

Segundo Dutra, a oposição vai pleitear a presidência da Comissão de Assuntos Sociais, possivelmente indicando o senador Jefferson Péres (PDT-AM) para ocupá-la.

Martus explica decreto que retém verba do Orçamento

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, comparecerá hoje, às 10h, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para explicar o decreto do presidente da República que contingenciou R\$ 7,35 bilhões do Orçamento deste ano. O relator-geral do Orçamento no Congresso, senador Amir Lando (PMDB-RO), informou que pretende questionar o ministro sobre o veto presidencial ao artigo do projeto orçamentário que tratava do acordo destinado a elevar o salário mínimo para R\$ 180, em abril.

Por esse acordo, o governo concordava com a intenção dos partidos políticos de reajustar em 19,2% o salário mínimo desde que os parlamentares aprovassem três projetos de combate à sonegação e ainda abrissem mão da verba garantida de R\$ 1,6 bilhão para suas emendas, valor previsto na proposta orçamentária que o Execu-



Martus Tavares será questionado sobre contingenciamento

tivo encaminhou ao Congresso.

Em troca, o governo aceitaria emendas dos parlamentares, desde que os projetos anti-sonegação rendessem mais de R\$ 1,2 bilhão, recursos que serão usados para bancar o aumento do salário mínimo. O Congresso aceitou o acordo, especialmente porque os economistas do Congresso previram uma arrecadação extra de até R\$ 9 bilhões neste ano, proveniente da caça aos sonegadores.

O Congresso aprovou as leis contra os sonegadores, perdeu a verba garantida para suas emendas e ficou na expectativa de que a arrecadação adicional passe de R\$ 1,2 bilhão, o que permitirá ao Executivo atender às emendas dos parlamentares. No último dia 6, no entanto, o presidente da República assinou decreto contingenciando R\$ 7,35 bilhões do Orçamento e, conforme notícias dos jornais, as emendas do Congresso poderão ser afetadas.

AGENDA

QUARTA-FEIRA, 21 DE FEVEREIRO DE 2001

Presidente
Senador Jader Barbalho

14h30 — Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal
17h — Recebe o deputado Paulo Rocha, acompanhado do prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues
17h30 — Participa da reunião da bancada do PMDB. Gabinete da Liderança do PMDB

PLENÁRIO

Quarta-feira
14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLC nº 26/2000, que altera dispositivo da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; PDL nº 150/2000, que aprova o ato que autoriza a Associação das Donas de Casa de Matozinhos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matozinhos (MG); PDLs nº 154/2000 e nº 176/2000, que tratam de concessão na área de radiodifusão; Mensagem nº 243/2000, pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha de Oto Agripino Maia, para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto à Santa Sé, exercer a de embaixador do Brasil junto a Malta; Mensagem nº 244/2000, pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha de Luiz Antonio Jardim Gagliardi para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto à Noruega, exercer a de embaixador do Brasil junto à Islândia.

COMISSÕES

10h — CPI do Futebol
Pauta: Depoimentos de Hercules Santana, ex-conselheiro fiscal do Clube de Regatas Vasco da Gama, e Levi Lafeté, ex-advogado do atleta Bebeto e ex-conselheiro do Clube de Regatas Vasco da Gama. Ala Senador Nilo Coelho, anexo II, sala 2
10h — Comissão Mista de Orçamento
Pauta: Audiência pública com a presença do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, acerca do contingenciamento de recursos do Orçamento deste ano. Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados.
15h — CPI do Roubo de Cargas
Pauta: Reunião administrativa para discussão do roteiro de viagens e trabalhos para o primeiro semestre de 2001. Ala Senador Nilo Coelho, anexo II, sala 2

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quinta-feira
10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PDLs nº 155/2000, nº 179/2000, nº 188/2000, nº 207/2000, que tratam de concessões na área de radiodifusão; e Requerimento nº 666/2000, solicitando a tramitação conjunta dos projetos de Lei do Senado nºs 222, de 1999, e 186, de 2000, por regulararem a mesma matéria.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÃO

10h — CPI do Futebol
Pauta: Audiência pública sobre a Lei do Passe. Debatedores: ex-jogador Sócrates; Márcio Krieger, advogado, especialista em Direito Esportivo; e João Bosco Luz de Moraes, representante do Clube dos Treze. Ala Senador Nilo Coelho, anexo II, sala 2

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Congresso aumentou verbas para presídios no Orçamento de 2001

O Orçamento deste ano destina R\$ 238,2 milhões para obras de construção, ampliação e melhoria dos presídios brasileiros, conforme o projeto aprovado no final de dezembro último pelo Congresso. A verba inicial, proposta pelo Executivo, era de R\$ 166,9 milhões, mas dezenas de emendas de deputados e senadores elevaram a dotação do Fundo Penitenciário Nacional, do Ministério da Justiça, em mais R\$ 71,3 milhões.

No ano passado, o governo direcionou ao Fundo Penitenciário R\$ 204 milhões, mas havia liberado até 31 de dezembro apenas R\$ 104 milhões, apesar de ter autorizado o Ministério da Justiça a empenhar outros R\$ 40 milhões. Conforme dados da Comissão Mista de Orçamento, isso significa que só chegaram aos estados 51,1% da verba penitenciária autorizada pelo governo federal.

De acordo com os mesmos

dados, o sistema penitenciário do Nordeste foi o mais beneficiado com verbas federais no ano passado, seguido do Sudeste.

Neste ano, o Sudeste ficará com a maior fatia, chegando a R\$ 57,4 milhões. São Paulo, que enfrentou no último domingo 29 rebeliões de presidiários, ficará de longe com a maior verba – R\$ 36,7 milhões. O Distrito Federal estará na segunda classificação, com R\$ 12 milhões. O Orçamento reserva ainda recursos de R\$ 59,7 milhões para o Ministério da Justiça bancar outros projetos penitenciários, considerados de caráter nacional.

De acordo com a legislação, caso o Palácio do Planalto queira aumentar os recursos para o Fundo Penitenciário Nacional, além dos R\$ 238,2 milhões já reservados neste ano, poderá enviar um projeto ao Congresso solicitando crédito suplementar.

Senado aprova homenagem ao centenário de Pedro Aleixo

Os senadores aprovaram ontem requerimento do senador Francellino Pereira (PFL-MG) solicitando que o Senado realize sessão em homenagem a Pedro Aleixo no dia 2 de agosto. Em 2001 transcorre o centenário de nascimento do político mineiro, que ocupou a Vice-Presidência da República no governo Costa e Silva.

O Plenário também aprovou requerimento do senador Hugo Napoleão (PFL-PI) solicitando que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se pronuncie acerca do projeto de decreto le-

gislativo que aprova o texto da Convenção Interamericana contra a Corrupção.

Napoleão argumentou que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou parecer favorável a alteração feita pela Câmara dos Deputados, que restringiu dispositivo da Convenção que estaria em desacordo com o Código Penal brasileiro. Porém, ele informou que o Itamarati considera que não há contradição entre a legislação nacional e o texto internacional do qual o Brasil é signatário.

Plenário debate função social das rádios comunitárias

Senadores aprovam autorizações para três emissoras e criticam exigências do Ministério das Comunicações e da Anatel

O Senado aprovou ontem três projetos de decreto legislativo que aprovam atos do Ministério das Comunicações autorizando a execução de serviços de rádio comunitária pelo Movimento Comunitário pela Cidadania, de Manaus (AM), pela Associação Beneficente Senhora Santana, de Cansanção (BA), e pela Associação Comunitária dos Trabalhadores, de Boa Saúde (RN). As matérias, que seguem para promulgação, provocaram debates sobre a função das rádios comunitárias no país.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) denunciou que o governo federal e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) estão fazendo demagogia, pois ao mesmo tempo em que "fazem de conta" que estão viabilizando a implantação da radiodifusão comunitária, ofereceram a frequência de 87 MHz às emissoras, faixa que não é sintonizada pela grande maioria dos aparelhos de rádio.

– O governo continua refém da grande mídia – afirmou.



Durante os debates na sessão em que foram aprovadas autorizações para rádios comunitárias, senadores lamentaram as exigências que consideram excessivas para instalação das emissoras

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) disse ter esperança de que as rádios comunitárias sejam centros de formação de cidadania e de opinião pública, e que não obedeçam à lógica do capital, que, na sua visão, também é a lógica da corrupção.

– Temos que saudar isso, apesar das manobras feitas pelo governo e pela Anatel para dificultar o funcionamento pleno dessas emissoras – afirmou.

Na opinião do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a potência permitida para os transmissores de rádios comunitárias (10 Watts) é muito baixa, principalmente se com-

parada com o que pretendia a proposta inicial (50 Watts).

– Esse é o primeiro passo no sentido da democratização dos meios de comunicação. As rádios têm um grande papel a desempenhar, divulgando as ações de cada comunidade – declarou, indicando a intenção de apresentar projeto para aumentar a potência dos transmissores.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que recebe centenas de reivindicações de entidades que desejam operar rádios comunitárias, porém há muita demora no andamento dos processos na Anatel e no Ministério das Comunicações.

Projeto contra evasão escolar deve ser votado hoje

O Plenário do Senado vota hoje projeto de lei da Câmara que determina que as escolas enviem, bimestralmente, ao Conselho Tutelar e ao juiz titular da Vara da Infância e da Juventude local, a relação dos alunos que tiverem 25% de faltas não justificadas. A proposta altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e pretende manter as crianças na escola, protegendo-as do abandono e da exploração. A idéia é baseada em programa de cooperação entre a prefeitura de Serra (ES) e o Judiciário.

Já aprovada pela Câmara, a matéria recebeu parecer favorável da senadora Emilia Fernandes (sem partido-RS) na Comissão de Educação. A relatora considera que, caso o juiz e o

Conselho Tutelar se manifestem, o receio de processo criminal pode levar os pais e responsáveis a zelar pela manutenção das crianças em sala de aula.

– O projeto cria um ambiente capaz de fomentar o acompanhamento contínuo dos alunos por parte dos dirigentes de escolas, dos órgãos municipais de educação e do Poder Judiciário local – afirmou Emilia.

Na sessão de hoje, os senadores apreciam ainda a indicação de novos chefes de missões diplomáticas no exterior. O embaixador Oto Agripino Maia, que atualmente ocupa a Embaixada no Vaticano, foi indicado



Emilia deu parecer favorável ao projeto

para acumular a Embaixada em Malta. Já o diplomata Antonio Jardim Gagliardi, que é embaixador na Noruega, foi indicado para exercer o cargo, cumulativamente, na Islândia. Ambos já foram sabatinados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que recomenda a aprovação das indicações.

Além disso, os senadores votam três projetos de decreto legislativo autorizando o funcionamento de emissoras comunitárias nos municípios de Matozinhos e Arcos, em Minas Gerais, e Santa Rita de Cássia, na Bahia.

RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 20 DE FEVEREIRO DE 2001

1 Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2000 (nº 337/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que autoriza o Movimento Comunitário pela Cidadania a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manaus, Estado do Amazonas. Parecer nº 870/2000-CE, Relator: Senador Luiz Otávio, favorável. Aprovado. À promulgação.

2 Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 2000 (nº 336/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Senhora Santana a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cansanção, Estado da Bahia. Parecer nº 1007/2000-CE, Relator: Senador Djalma Bessa, favorável, com abstenção do Senador Geraldo Cândido. Aprovado. À promulgação.

3 Projeto de Decreto Legislativo nº 172, de 2000 (nº 356/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Trabalhadores de Boa Saúde a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Saúde, Estado do Rio Grande do Norte. Parecer nº 1.244/2000-CE, Relator: Senador Agnelo Alves, favorável. Aprovado. À promulgação.

4 Requerimento nº 605, de 2000. Senador Romeu Tuma. Solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2000, de sua autoria. Aprovado. O PLS nº 95/2000, vai definitivamente ao Arquivo.

5 Requerimento nº 614, de 2000. Senador Hugo Napoleão. Solicitando que sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 2000, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. Aprovado. O PDL nº 42/2000 vai ao exame da CCJ.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

Jader defere requerimentos sobre denúncias

O presidente do Senado, Jader Barbalho, deferiu ontem em plenário os requerimentos de informação e instalação de auditoria apresentados pelos senadores Antonio Carlos Magalhães e Renan Calheiros. Os dois senadores cobraram, respectivamente, a apuração de irregularidades que teriam sido praticadas em órgãos e ministérios comandados por

titulares ligados ao PMDB e ao PFL.

– De acordo com o Regimento Interno do Senado, os pedidos de informação deveriam ser encaminhados à Mesa, para indicação do relator. Mas estou deferindo agora todos os pedidos apresentados, *ad referendum* da Mesa. Com isso, os dois senadores estão atendidos – afirmou Jader, logo após os pronunciamentos de ACM e Calheiros.

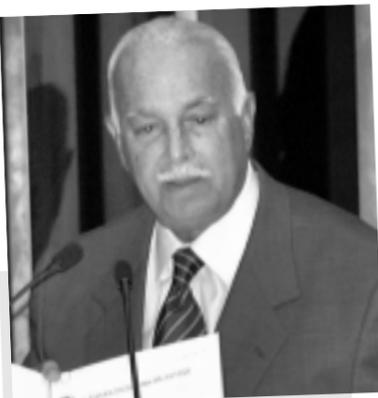
Antonio Carlos pede a apuração de denúncias contra lideranças do PMDB

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) cobrou ontem, do Plenário do Senado, a apuração de irregularidades envolvendo o presidente da Casa, senador Jader Barbalho, o Ministério dos Transportes e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Antonio Carlos apresentou 13 requerimentos de informações e sugeriu a instalação de uma CPI mista para investigar irregularidades na Sudam. As denúncias do senador tiveram como principais alvos Jader Barbalho, os ministérios controlados pelo PMDB e as lideranças peemedebistas no Congresso.

No primeiro caso, Antonio Carlos levantou suspeitas sobre o patrimônio do atual presidente do Senado, denunciou uso indevido de recursos do Banco do Estado do Pará e disse que Jader se beneficiou de irregularidades cometidas em processos de expropriação de terras no chamado “Polígono dos Castanhais”, no Pará, na época em que governava o estado.

Em relação aos ministérios do PMDB, afirmou que há indícios de corrupção no pagamento de precatórios feito pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem



Antonio Carlos Magalhães: “O Congresso não pode fechar os olhos a fatos tão graves”

(DNER), que é subordinado ao Ministério dos Transportes. Também se referiu a irregularidades na Companhia das Docas do Estado de São Paulo (Codesp), e pediu ao Ministério dos Transportes que se pronuncie sobre o resultado de auditorias enviadas à pasta pelo Tribunal de Contas da União há mais de um ano, e sem resposta até hoje. Listou ainda irregularidades na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

(Sudam), subordinada ao Ministério da Integração Nacional.

O senador pediu ainda que seja apurada a denúncia, veiculada pela imprensa, de que parlamentares receberam dinheiro ou promessas de liberação de verbas para se filiarem ao partido. “É indispensável que sejam esclarecidas as denúncias. O Congresso não pode fechar os olhos a fatos tão graves”, afirmou, ressaltando que quer colaborar com o presidente Fernando Henrique.

– Não fazemos acusações infundadas nem atacamos a figura do presidente da República. Se alguns quiserem intrigar-me com o presidente, podem fazê-lo. Acredito que, se fizer um balanço, Sua Excelência encontrará em mim a presença de um colaborador, não de um adversário – esclareceu.

Calheiros vê sinais de irregularidades em órgãos administrados pelo PFL

Em nome da bancada do PMDB, o senador Renan Calheiros (AL) apresentou quatro requerimentos de informação e instalação de auditoria a respeito de supostas irregularidades em obras realizadas na Bahia e nos ministérios de Minas e Energia e da Previdência e Assistência Social, ambos controlados por membros do PFL baiano.

Falando em seguida ao senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Ca-



Calheiros: “A exemplo do meu antecessor, temos o mesmíssimo objetivo de esclarecer fatos”

lheiros solicitou ainda a instalação de dois inquéritos. Um deles para apurar negócios realizados entre Rubens Galeranni, ex-funcionário do governo baiano em Brasília, e a administração do Senado. O outro solicita a investigação de contratos firmados pela Secretaria de Comunicação Social do Senado com a Cooperativa dos Trabalhadores em Comunicação do Congresso Nacional (Coopercon).

– A exemplo do que fez meu antecessor, apresento os requerimentos para, sinceramente, colaborar com esse debate. Temos o mesmíssimo objetivo de esclarecer fatos, dar à sociedade as respostas que ela quer e, principalmente, definir responsabilidades – disse Renan Calheiros.

No primeiro requerimento, ele pede que o Tribunal de Contas da União (TCU) faça audi-

toria no contrato de suprimento de energia elétrica proveniente da usina Angra II, firmado entre a Eletrobrás/Eletronuclear e distribuidoras de energia. O contrato, segundo ele, prevê a compensação de R\$ 190,9 milhões às distribuidoras, por eventual prejuízo decorrente da não entrega de energia contratada, em decorrência de atraso na operação da usina.

O segundo requerimento solicita informações ao Ministério da Previdência sobre o inquérito que apura fraude no fornecimento de certidão negativa de débito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em transação imobiliária firmada entre João Carlos di Gênio e a Construtora Vicente Matheus, no valor de R\$ 2 milhões.

No terceiro requerimento, Calheiros pede cópia de auditoria realizada pelo TCU sobre denúncia de desvio de R\$ 58 milhões nas obras do Aeroporto Deputado Luís Eduardo Magalhães, em Salvador. O quarto documento solicita ao TCU cópia de auditoria realizada no consórcio OAS-BH, onde constariam os nomes dos responsáveis por desvio de recursos das obras do porto de Juazeiro, realizadas pelo governo da Bahia.

Senador afirma que acusações de ACM são “bombas requeentadas”



O senador Jader Barbalho prometeu “zelar pelo equilíbrio e pela imagem do Senado”

O presidente do Senado, Jader Barbalho, reiterou ontem sua preocupação com o cumprimento dos deveres inerentes ao cargo, em especial “a obrigação de zelar pelo equilíbrio e pela imagem do Senado”, ao comentar o conteúdo do discurso pronunciado na sessão da tarde pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Jader disse que as denúncias apresentadas não passam de “bombas requeentadas” e incluem episódio já esclarecido pelo Ministério Público.

– O assunto foi requeentado

mais uma vez. E de forma injusta, acusando o procurador-geral Geraldo Brindeiro, que desde 22 de agosto encaminhou ofício esclarecendo que a denúncia não tem fundamento. Isso é mais uma ação política – afirmou.

Jader explicou que agiu na defesa do Senado ao deferir, de imediato, tanto os requerimentos de autoria de Antonio Carlos quanto os que foram apresentados pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL) na mesma sessão. Na avaliação do presidente do Senado, as solicitações de Calheiros

mencionam fatos novos, tendo sido determinada abertura de inquéritos administrativos internos na Casa: um para apurar as atividades do ex-representante do governo da Bahia em Brasília, Rubens Galeranni, e outra para investigar a situação de cooperativa de trabalhadores de comunicação contratada para prestar serviços ao Senado.

Segundo Jader, pagamentos no valor de R\$ 410 mil mensais foram efetuados a essa cooperativa, sem que tenha sido realizada uma concorrência ou licitação,

apesar de solicitação feita nesse sentido pela direção geral da Casa.

Indagado sobre seu comportamento diante das denúncias de Antonio Carlos, Jader negou a interpretação de que teria preferido uma “atitude de silêncio”.

– Não há silêncio. Apenas tenho perfeita noção da responsabilidade que tenho na presidência. Até quarta-feira passada, eu era apenas um senador. Hoje sou presidente do Senado, e tenho perfeita consciência das minhas responsabilidades – concluiu.

Para a oposição, denúncias no processo sucessório exigem CPI

Em nome do Bloco Oposição, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse que os parlamentares de oposição estão apresentando requerimento para instalação de uma comissão parlamentar mista de inquérito com a finalidade de investigar as denúncias que surgiram no processo sucessório das Mesas das duas Casas do Congresso. Dutra ressaltou que os autores do requerimento estão abertos à discussão e desejam obter um texto de consenso.

O senador afirmou que as denúncias apresentadas ontem pelos senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) devem ser apuradas pela Casa, sob o risco de, mais uma vez, passar-se à opinião pública a idéia de que se está fazendo um jogo de cena. Ele considera que não adianta jogar essa responsabilidade para outras instituições. E revelou que a oposição já havia pedido essa apuração ao Ministério Público. Como não houve resposta, Dutra entende que os parlamentares não de-



Dutra anunciou requerimento de CPI sobre denúncias no processo sucessório das Casas do Congresso

vem mais esperar para começar a investigação.

Para o senador, os últimos acontecimentos contribuem para o desgaste da imagem do Parlamento, que tem uma tarefa fundamental na construção da democracia. Dutra acentuou que o bloco do qual é líder, que é de oposição ao governo, deseja um relacionamento de respeito entre os parlamentares. Quer também que esse relacionamento leve em consideração a pluralidade da Casa, garantindo o espaço de todos.

Roberto Freire sugere afastar ministros durante investigação

O senador Roberto Freire (PPS-PE) sugeriu ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso afaste, até o final das investigações, ministros e funcionários que estejam envolvidos em supostos atos ilícitos, conforme mencionado nos requerimentos de informação apresentados em plenário pelos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Renan Calheiros (PMDB-AL).

Roberto Freire lembrou que, quando era líder do governo na Câmara, na gestão do ex-presidente Itamar Franco, o chefe do Executivo, à época, decidiu pelo afastamento de ministros que estavam sob suspeita de corrupção até que tudo fosse apurado. Segundo o parlamentar, Fernando Henrique, que era ministro da Fazenda de Itamar Franco, concordou com a iniciativa do então presidente.

— Criou-se um mecanismo, próprio do Parlamentarismo, mas que no Presidencialismo só pode existir se houver acordo, segundo o qual os ministros se afastavam até o final do inquérito. Não havendo nada comprovado contra eles, poderiam voltar, livrando o governo do tiroteio — expli-



Roberto Freire lembra procedimento adotado durante o governo Itamar Franco

cou o senador.

Roberto Freire acrescentou que, se o presidente da República assumisse essa atitude, ajudaria ainda mais a Presidência do Senado, que adotou, na sua avaliação, a posição correta de abrir prontamente inquéritos em função de denúncias de algo que “parece ter sido feito de maneira irregular”.

— Os pedidos de informação já foram encaminhados, mas, se houvesse o afastamento dos ministros, talvez a nação agradecesse, concluiu Roberto Freire.

Ex-dirigente aponta desvio de recursos no Vasco da Gama

Agathyrno da Silva Gomes diz à CPI do Futebol que metade do dinheiro pago ao clube pelo Bank of America foi depositada em contas de terceiros



O ex-presidente do Clube de Regatas Vasco da Gama Agathyrno da Silva Gomes

disse ontem, em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura irregularidades no futebol brasileiro, que metade da verba destinada ao clube pelo Bank of America foi depositada em contas de terceiros por ordem do atual presidente do clube, deputado federal Eurico Miranda (PPB-RJ). Segundo Agathyrno, o banco investiu R\$ 34 milhões pelo direito de explorar a marca e os direitos comerciais e de arena do clube, mas apenas R\$ 17 milhões foram contabilizados pela tesouraria do Vasco.

Além disso, denunciou o ex-presidente, apenas um ano depois da assinatura do contrato entre o Vasco e o banco norte-americano (ocorrida em março de 1998) o então vice-presidente de futebol Eurico Miranda anunciou aos conselhos Fiscal e Deliberativo do clube a existência do documento. O relator da CPI, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), perguntou se a demora de Eurico em dar essa informação seria uma forma de acobertar repasse de dinheiro para terceiros. Agathyrno respondeu não ter provas disso, e acrescentou que, como vice-presidente de futebol, Eurico não tinha poderes para assinar o contrato, o que caberia ao presidente do clube, Antônio Soares Calçada, e ao vice-presidente de Finanças.

O ex-presidente do Vasco disse que o clube passa pela pior crise de sua história, porque além da crise financeira há a crise moral. Informou que chegou aos detalhes do contrato do Vasco com o banco norte-americano e aos depósitos na conta de terceiros por acaso, ao atuar como advogado em um processo na 7ª Vara Cível do Rio de Janeiro. Ali descobriu que o clube perdera uma ação de indenização à Portuguesa de Desportos pela morte do jogador Dener, ocorrida em um acidente de trânsito. O passe de Dener pertencia ao clube paulista, mas ele estava emprestado ao Vasco, que não tinha feito o seguro de vida do jogador. Ao examinar o caso, Agathyrno Gomes chegou à fonte de recursos do Vasco para pagar a indenização e, por consequência, ao contrato de parceria.



Os senadores Geraldo Althoff e Álvaro Dias ouvem o depoimento de Agathyrno da Silva Gomes à CPI do Futebol

Comissão vai rastrear cheque em favor de Luxemburgo

A CPI do Futebol aprovou a quebra do sigilo e o rastreamento bancário do cheque administrativo de R\$ 400 mil emitido em 1998 pelo Banco Stock em favor do técnico Wanderley Luxemburgo, e do cheque de US\$ 110 mil emitido pela agência do Banco do Brasil em Assunção, no Paraguai, em 15 de dezembro de 1998, em favor do Clube de Regatas Vasco da Gama. Esse cheque foi endossado e passado adiante pelo então vice-presidente de futebol do clube, Eurico Miranda, sem ter entrado na contabilidade do Vasco ou ter sido registrado no Banco Central.

No caso de Luxemburgo, a CPI tem informações de que o técnico vendeu um apartamento no exterior e o cheque a ser rastreado foi parte do pagamento. Luxemburgo disse em depoimento na comissão que nunca manteve contas no exterior,

embora o depósito tenha sido feito em uma conta dele em um banco situado nas Bahamas. Além de não haver registro da entrada de dólares no país pelo técnico, ele não declarou o recebimento à Receita Federal. Portanto haveria indícios de sonegação fiscal, fraude cambial e lavagem de dinheiro.

Foi também aprovada a convocação para depor do ex-presidente do Vasco Antônio Soares Calçada e dos diretores da empresa de turismo carioca GTI, que teria exclusividade para cuidar das viagens do time de futebol do clube. A CPI aprovou ainda o pedido à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para que informe sobre as inspeções feitas na empresa Vasco da Gama Licenciamentos S.A., formada pelo Bank of America para administrar os direitos comerciais do clube.

Álvaro e Althoff querem normas de conduta para direção de clubes

Os senadores Álvaro Dias (PSDB-PR) e Geraldo Althoff (PFL-SC), presidente e relator da CPI do Futebol, disseram que é impossível enquadrar como crime as acusações do ex-presidente do Vasco da Gama Agathyrno da Silva Gomes contra o atual presidente do clube, Eurico Miranda, porque não há uma lei específica que trate de clubes de futebol. “São entidades de direito privado, e por isso a desobediência ou descumprimento do estatuto dos clubes não pode ser enquadrada em nenhuma lei”, disse Althoff.

Álvaro Dias explicou que, por isso mesmo, a CPI, ao final dos trabalhos, vai apresentar um projeto de lei específico para o esporte, que proteja os direitos de associados de clubes e imponha normas de con-

dução aos dirigentes. O deputado Eurico Miranda (PPB-RJ) poderá ser processado por evasão de divisas, fraude cambial, enriquecimento ilícito e sonegação fiscal, se confirmadas as denúncias contra ele. Mas não pelos desmandos que cometeu como dirigente do clube.

Segundo Álvaro Dias, já existe um inquérito contra o Botafogo de Futebol e Regatas que apura a venda de jogadores para o exterior sem o registro no Banco Central da entrada de divisas, ou sem que a contabilidade do clube indique o negócio. Os senadores receberam a informação extra-oficial de que os outros dois depoentes que viriam à CPI ontem, Ivo Morgado e João Manuel de Almeida, não compareceram porque foram ameaçados.

Câmara examinará utilização obrigatória de legendas na TV

A Câmara dos Deputados examinará projeto aprovado pelo Senado que determina a inclusão de legenda oculta, em português, na programação das emissoras de TV. A proposta, do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), fixa cota mínima de aparelhos de televisão com circuito de decodificação de legenda oculta.

Conforme o projeto, a regra será implantada gradativamente. No pri-



Alcântara diz que seu projeto não beneficia só os deficientes auditivos

meiro ano, pelo menos 10% da programação diária será legendada, acrescentando-se 15% em cada ano subsequente. Lúcio Alcântara diz que a legenda oculta não é útil apenas para deficientes auditivos, mas também “desenvolve em estudantes a capacidade da compreensão de leitura e a ortografia, aumenta o seu vocabulário e poder de reconhecimento de palavras”.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Debate* — Os escritores Ruth Rocha e Lourenço Cazarré falam sobre a literatura infanto-juvenil
7h30 — *Entrevista* — Senador Ricardo Santos fala sobre a telefonia brasileira
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *Saúde/Unip* — Dependência Química — parte 1
9h — *As Cores do Brasil* — Ceará
9h30 — *Entrevista* — Senador Jefferson Péres fala sobre o sistema penitenciário
10h — *CPI do Futebol* (ao vivo)
12h30 — *Entrevista* — Senador Ricardo Santos fala sobre a telefonia brasileira
13h — *As Cores do Brasil* — Camboriú
13h30 — *Debate* — Os escritores Ruth Rocha e Lourenço Cazarré falam sobre a literatura infanto-juvenil
14h30 — *Sessão Plenária* (ao vivo)
18h30 — *Entrevista* — Senador Jefferson Péres fala sobre o sistema penitenciário
19h — *As Cores do Brasil* — Natal
19h30 — *Debate* — Os escritores Ruth Rocha e Lourenço Cazarré falam sobre a literatura infanto-juvenil
20h30 — *Entrevista* — Senador Ricardo Santos fala sobre

a telefonia brasileira

21h — *Jornal do Senado*

21h30 — *Sessão Plenária* (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
10h — *CPI do Futebol*
Em seguida — Música e informação
14h30 — *Sessão Plenária do Senado* (vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
24h — *Sessão Plenária do Senado* (reprise)
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsats: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica — Sistema Digital:
• Satélite: B1
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 MHz
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
• Antena: 3,6 m
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s
• FEC: 3/4
Antena Parabólica — Sistema Analógico:
• Satélite - B1
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)
• Polarização: Horizontal
• Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telado) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L1.465,600 Mhz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Francelino poderá propor a taxaço de filme estrangeiro

Com a medida, o ex-relator da Subcomissão do Cinema espera obter recursos para financiar a produção cinematográfica nacional

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) vai propor que o documento elaborado com base nas audiências públicas realizadas pela extinta Subcomissão do Cinema Brasileiro, da qual foi relator, sirva como ponto de partida para a Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática, criada no âmbito da Comissão de Educação e que deverá iniciar seus trabalhos no próximo mês de março.

Ao dar ontem a informação, o senador explicou que o documento foi preparado a partir dos 20 depoimentos prestados à Subcomissão do Cinema Brasileiro por diretores, produtores, distribuidores e de representantes de escolas de audiovisual, no período de quase um ano em que ela funcionou.

Entre as atribuições da nova subcomissão, estão as de debater, pesquisar e divulgar estudos sobre a estrutura, a programação e o conteúdo dos meios de comunicação de massa no Brasil, bem como examinar e elaborar propostas legislativas especifi-



Francelino adianta que a taxaço poderá variar de acordo com o número de cópias importadas

cas, que serão encaminhadas ao plenário da comissão.

Francelino Pereira disse que pretende sugerir medidas de apoio ao cinema brasileiro. Nesse sentido, ele poderá propor a taxaço do audiovisual estrangeiro, em tabela que leve em consideração o volume do material importado. Ou seja, um longa-metragem americano poderia ser taxado pelo número de cópias com que chega ao Brasil.

Desse modo, a taxaço permitiria que filmes como *Titanic*, que entraram no Brasil com centenas de cópias, paguem mais do que filmes de arte. O senador estima

que aproximadamente R\$ 160 milhões possam ser obtidos com a cobrança dessa taxa, dinheiro que poderia ser utilizado para financiar 80 filmes ao custo de R\$ 2 milhões.

Criada por iniciativa do senador José Fogaça (PMDB-RS), a Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática, de caráter permanente, recebeu apoio expresso no documento final do 3º Congresso Brasileiro de Cinema, realizado em junho do ano passado, em Porto Alegre. “Temos o apoio ostensivo dos empresários e trabalhadores do setor”, afirmou o senador Francelino Pereira.

Senadores debatem mudanças nas telecomunicações e crise nos presídios

A privatização da telefonia brasileira e a democratização do serviço de telecomunicações são os temas abordados pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES) no programa *Debate*, da TV Senado, recebe hoje os escritores Lourenço Cazarré e Ruth Rocha. Os convidados discutem a literatura infanto-juvenil no país e abordam questões como a falta de há-

bita de leitura do brasileiro, as interferências das editoras no trabalho dos escritores e as adaptações dos textos literários para a televisão. O programa vai ao ar às 6h30, 13h30 e 19h30.

Camboriú, às 13h; *Natal*, às 19h; *Espírito Santo*, às 6h, e *Ceará*, às 9h, são os destaques de hoje do programa *As Cores do Brasil*.

Para o senador Ricardo Santos, a privatização melhorou o setor de telefonia, mas ainda não alcançou todas as metas



Para o senador Ricardo Santos, a privatização melhorou o setor de telefonia, mas ainda não alcançou todas as metas

Hartung conclama Senado a adotar agenda positiva

Temas como saneamento básico, segurança pública e geração de renda deveriam, na opinião do senador, ocupar o espaço hoje dominado por um "círculo vicioso de denúncias recíprocas"

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) conclamou o Senado a sair do círculo vicioso de denúncias recíprocas em que se encontra, "olhando para o próprio umbigo", e a demonstrar a capacidade de se aproximar "do país de carne e osso, que vive amontado nas periferias dos centros urbanos", em péssimas condições de vida.

— Está na hora de adotarmos uma agenda positiva de trabalho, atacando as carências sociais dos brasileiros — disse.

Segundo Hartung, o Parlamento pode aproveitar a boa maré econômica para debater a sério os temas urbanos como sanea-



Hartung: Parlamento deve se aproximar do "país de carne e osso"

mento básico, transporte coletivo, urbanização das favelas, segurança e geração de renda. As periferias das 49 maiores cidades brasileiras abrigam 80 milhões de pessoas e, de 1996 até hoje, sua renda *per capita* caiu 3%, ao contrário do que ocorreu com os brasileiros dos centros urbanos, que tiveram

sua renda aumentada em 3%, argumentou, citando reportagem da revista *Veja*.

O senador lembrou que, há dez anos, a periferia das grandes cidades apresentava taxas de 30 homicídios por 100 mil habitantes. Atualmente, em algumas dessas áreas pobres, o

índice chega a 150 mortos por 100 mil habitantes.

— A situação da segurança pública no país é caótica e explosiva, e a recente rebelião das penitenciárias de São Paulo deve servir de alerta para que o Parlamento cobre do governo a concretização de seu Plano Nacional de Segurança, anunciado com alarde o ano passado, mas que ainda não saiu do papel — afirmou.

Para Paulo Hartung, o Congresso pode ajudar na melhoria das condições de segurança pública, ao votar a emenda que dá ao procurador-geral da República o poder de deslocar a apuração e o julgamento de uma denúncia da esfera estadual para a federal, e aprimorando leis penais como a de lavagem de dinheiro e do crime organizado.



Projeto de Hugo Napoleão está tramitando na Câmara dos Deputados

Napoleão quer criar a Região Metropolitana da Grande Teresina

O líder do PFL no Senado, Hugo Napoleão (PI), disse ontem que projeto de sua autoria criando a Região Metropolitana da Grande Teresina é uma das alternativas para o planejamento integrado das ações dos governos federal e dos estados do Piauí e do Maranhão.

O projeto está tramitando na Câmara dos Deputados e, segun-

do o líder do PFL, prevê que a Região da Grande Teresina será formada pelos municípios piauienses de Altos, Beneditinos, Coivaras, Currallinho, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Teresina e União, além da cidade maranhense de Timon, localizada às margens do rio Parnaíba.

Tião Viana diz que Varig discrimina estados menores

A utilização, pela Varig, nas linhas que atendem ao estado do Acre, de aeronaves com mais de 30 anos de uso, do modelo Boeing 737-200, foi motivo de protestos ontem por parte do senador Tião Viana (PT-AC).

— Não podemos aceitar essa atitude da Varig de nos colocar à margem no que diz respeito à tecnolo-



Tião Viana reclama do uso de aviões antigos

gia. Os Boeings 737-200 têm recebido críticas da mídia quanto à sua vulnerabilidade, por serem aeronaves ultrapassadas. A Varig está tendo uma atitude discriminatória com os estados menores, principalmente os do Norte — observou.

O senador fez um apelo à Varig para que, como beneficiária de uma concessão

pública, entenda que lhe é imposta a responsabilidade de fornecer tratamento igualitário a todas as regiões do país. Ele revelou já ter enviado diversos ofícios ao presidente da empresa, Osires Silva, nos quais solicita explicações sobre o uso dessas aeronaves.

— Osires Silva não respondeu a nenhum dos ofícios e, se não responder, será convocado para dar essas explicações na Comissão de Assuntos Sociais — avisou.

CPI do Roubo de Cargas define hoje próximos passos

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga o roubo de cargas em todo o país reúne-se hoje, às 15h, para

definir sua pauta de atuação. A reunião administrativa, anteriormente prevista para ontem, deve estabelecer o calendário de viagens aos estados. Em princípio, as cidades a serem visitadas por membros da CPI para a realização de audiências públicas e investigações são Imperatriz (MA) e São Luís (MA). Também estão no roteiro São Paulo e Campinas (SP).

De acordo com o presidente da CPI, senador Romeu Tuma (PFL-SP), até o fim do ano — prazo para o término dos trabalhos da comissão — será al-



cançado o principal objetivo do colegiado, que é dismantlar as quadrilhas receptoras das cargas roubadas. Segundo

Tuma, esses grupos estão mais organizados e aparelhados do que a própria polícia.

O senador destacou, entre os pontos positivos dos trabalhos realizados no decorrer do ano passado, a obtenção, pela comissão parlamentar de inquérito, da colaboração de alguns ex-integrantes de quadrilhas, como Jorge Méres e Sálvio Barbosa, resguardados pelo Programa Nacional de Proteção às Testemunhas. A prisão, pela Polícia Federal, do empresário William Sozza, apontado como o chefe de uma das principais



Tuma acredita que a CPI vai dismantlar as quadrilhas receptoras

quadrilhas de roubo de cargas no país, também é considerada por Tuma como um grande revés para as organizações criminosas.

Conforme dados divulgados por associações de transportadoras, os prejuízos causados pelo roubo de cargas em rodovias de todo o país chegam a cerca de R\$ 500 milhões por ano.

Ramez Tebet pede pressa em empréstimo para o Pantanal

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) pediu ao Senado pressa na aprovação de um empréstimo internacional, no valor de US\$ 82,5 milhões, destinado ao Projeto de Desenvolvimento do Pantanal Mato-Grossense. Ele lembrou que o governo vai destinar quantia equivalente em recursos próprios para levar adiante projeto de integração da região.

Segundo Tebet, essa é "uma oportunidade única" de desenvolvimento do Centro-Oeste, uma vez que o projeto inclui a recuperação dos rios da Bacia do Paraguai, a construção de estradas sem agressão ao meio ambiente e até uma proposta para fomento do turismo, com a meta de atrair 200 mil visitantes por ano.

O senador ressaltou que é um

entusiasta defensor da interiorização do crescimento brasileiro como resposta para o inchaço das periferias dos grandes centros urbanos.

— Agora estamos diante de uma oportunidade concreta de atrair grandes contingentes de brasileiros para os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, onde um melhor nível de vida os espera — afirmou.

Em apartes, os senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) concordaram com as afirmações de Tebet. Eles manifestaram a esperança de que o projeto de desenvolvimento tenha início logo, trazendo progresso para a região e atendendo às necessidades sociais de um grande contingente de brasileiros.



Para Tebet, o empréstimo é uma "oportunidade única" para a região Centro-Oeste

Cabral quer melhor formação de advogados

Senador pede providências para alterar situação mostrada por pesquisa da OAB: 55% dos 380 cursos de Direito têm organização didática e pedagógica insuficiente

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) atribuiu a falência do sistema penitenciário no país à péssima formação jurídica que as universidades brasileiras estão dando aos futuros advogados. "Não se trata de defender o assassino esquecendo a vítima, mas o Estado tem a obrigação de formar profissionais de Direito habilitados para defender a liberdade de cada um, atributo tão importante quanto sua própria vida", afirmou.

Cabral citou pesquisa realizada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) mostrando que 55% dos 380 cursos de Direito têm organização didática e pedagógica insuficiente. As faculdades municipais obtiveram a pior nota – 88,89%



"É necessário integrar a OAB às instituições de ensino jurídico", afirma Bernardo Cabral

foram classificadas como sofríveis. As particulares vêm em seguida – 66,14% com resultado regular ou insuficiente. Cerca de 46% dos cursos de Direito em universidades federais e 31,5% em universidades

estaduais foram considerados insatisfatórios, destacou.

Para tentar resolver essa situação, Cabral sugere exigir qualificação dos professores das faculdades, integrar a OAB às instituições de ensino jurídico e promover educação que expanda o raciocínio jurídico sem aceitar dos alunos a simples repetição dos conceitos e textos do Direito.

– É preciso que o futuro advogado pense, raciocine, conheça o fenômeno jurídico, tendo consciência de que luta pelo bem mais precioso da vida, a liberdade – concluiu.

Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse haver urgência na revisão dos currículos

dos cursos de Direito para combater o gosto dos latinos pela retórica envernizada, que ele definiu como de ampla superfície e sem nenhuma profundidade. "Essa é uma boa receita para obter cultura geral e péssima para formar profissionais", ensinou.

Também em aparte, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) enfatizou ser necessário evitar a crueldade nas penitenciárias e proibir que guardas e policiais realizem massacres, como recentemente ocorreu em Sergipe, quando sete presos foram mortos de uma só vez. "O assassino mais cruel tem direito de exigir tratamento humano", afirmou Antonio Carlos Valadares.



Francelino: favelas de Belo Horizonte em nada diferem das existentes no Rio ou em São Paulo

Francelino protesta contra exclusão de BH de programa

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) protestou ontem, em plenário, contra a decisão do governo de não incluir a cidade de Belo Horizonte no Programa de Urbanização de Favelas, financiado pelo Fundo de Combate à Pobreza. Ele classificou como injustificável a exclusão da capital mineira, cujo acelerado processo de crescimento da área urbana, nos últimos anos, transformou-a no terceiro grande centro populacional do país.

Francelino explicou que o governo federal pretende investir os R\$ 700 milhões disponíveis no orçamento deste ano do Fundo de Combate à Pobreza para urbanizar apenas as favelas das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. Segundo ele, as favelas de Belo Horizonte e de sua extensa região metropolitana em nada diferem dos aglomerados urbanos do Rio de Janeiro e de São Paulo.

O parlamentar lembrou que no ano passado o governo federal anunciou a criação do Programa IDH-14, com o objetivo de combater a miséria e a pobreza em 14 estados do país, e que, naquela ocasião, Minas Gerais também ficou de fora. Contudo, salientou, uma grande mobilização dos mineiros conseguiu superar as divergências e sensibilizar o presidente Fernando Henrique Cardoso, que resolveu incluir o estado, rebatizando o programa como Projeto Alvorada.

– Tal como aconteceu com relação ao IDH-14, estamos novamente a postos e, nós, da bancada mineira no Congresso, se necessário, mais uma vez iremos bater às portas do Palácio do Planalto para reivindicar o direito legítimo de Belo Horizonte – acentuou.

Suassuna analisa causas da violência no país

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) fez um diagnóstico das causas da violência no país, citando a educação deficiente, que não atinge a todos, nem reforça a cidadania. Ele apontou também como causas do problema a Justiça, que não tem a velocidade necessária, e o modelo econômico baseado na globalização, "que traz vantagens, mas também traz muitas coisas perniciosas, como as drogas".

Ao comentar as rebeliões em 29 presídios, "assistidas por uma população perplexa e assustada", Suassuna disse que "nem sendo super-

homens" os juízes conseguiriam aplicar a Justiça com rapidez. Ele lembrou que milhões de processos aguardam julgamento, ressaltando que a ritualística foi feita para retardar as decisões.

– Tudo é melhor quando a Justiça é aprimorada. É preciso cuidar dos códigos – um deles tramita há 12 anos no Congresso. É preciso cuidar da formação do advogado, como alertou o senador Bernardo Cabral – afirmou.

O sistema penitenciário, na avaliação de Suassuna, está completamente corrompido e as prisões são

verdadeiras universidades do crime.

– Não poderiam ter misturado guerrilheiros treinados com marginais comuns. Hoje, o crime organizado domina setores da polícia – lamentou.

Em aparte, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) lembrou que, antes da "universidade do crime", existe a escola imposta às camadas mais pobres da população pela crueldade de uma organização social. Ele lembrou que em cinco anos o número de detentos no Brasil dobrou, acrescentando que "não há prisão que dê jeito nisso".



Suassuna: processos paralisados na Justiça contribuem para o aumento da violência

Na avaliação de Suassuna, é preciso que a sociedade una forças para rever o sistema educacional, a Justiça, a polícia e procurar fortalecer a estrutura da cidadania. "A começar pelas lideranças, que têm dado mau exemplo", assinalou.

Antero presta solidariedade ao ministro José Serra

Em solidariedade ao ministro da Saúde, José Serra, o senador Antero de Barros (PSDB-MT) leu em plenário ontem nota emitida pelo ministério negando informações publicadas no jornal *O Globo* a respeito de suposta liberação de verba para beneficiar deputados. De acordo com a nota, devido às restrições financeiras no ano passado, o ministério praticamente não liberou os recursos dos convênios no segundo semestre de 2000.

A nota esclarece também que, nos primeiros 45 dias de 2001, foram liberados convênios de emendas parlamentares de todos os partidos. O senador citou trecho no qual se afirma

que o ministério não pode sofrer críticas por liberar convênios e que, se as merecesse, seria por fazer o contrário. A nota assinala que todos os convênios assinados em 2000 serão liberados em 2001 e que a programação atual é de liberar cerca de R\$ 40 milhões por mês de convênios do ano passado.

Em seu discurso, Antero de Barros reiterou que o PSDB tem orgulho de ter como ministro da Saúde José Serra, que implantou, segundo o senador, uma revolução nos agentes comunitários de saúde por meio do programa Saúde da Família. Para o parlamentar, Serra trabalha com critérios éticos.



Antero de Barros afirma que os computadores vão revolucionar a educação brasileira

Senador destaca lançamento do Telecomunidade

O senador Antero de Barros elogiou o lançamento do Programa Telecomunidade, ocorrido na segunda-feira na cidade de Sinop (MT) com a presença do presiden-

te Fernando Henrique Cardoso e de ministros.

A conclusão do projeto, lembrou o senador, faz parte do esforço do então ministro das Comunicações, Sérgio Motta, o qual se empenhou, durante o processo de privatização, na criação do Fundo Social das Telecomunicações, cujos recursos são utilizados hoje no Programa Telecomunidade. Ele observou que esse projeto, que vai instalar, inicialmente, 250 mil computadores nas escolas de ensino médio, é uma possibilidade de revolucionar a educação brasileira.

– Isso vai significar um computador para cada 25 alunos, possibilitando uma maior capacitação profissional dos professores e a integração dos estudantes de Mato Grosso e do Brasil com o mundo – afirmou.